



O PDE E A CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR PEDAGOGO DOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

THE EDP AND CONTRIBUTION TO THE TEACHER EDUCATOR'S CONTINUING TRAINING OF THE REGIONAL UNITS OF EDUCATION FROM SOUTH-WEST OF PARANÁ

EL PDE Y LA CONTRIBUCIÓN A LA FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESOR PEDAGOGO DE LOS NÚCLEOS EDUCATIVOS REGIONALES DEL SUROESTE DE PARANÁ

Elaine Lazaroto



Mestranda em educação

(UNIOESTE/FB)

Professora Pedagoga da Rede Estadual de Ensino do Paraná Discente do PPGE de mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Francisco Beltrão

elainelazaroto@gmail.com

Ângela Maria Silveira Portelinha



Pós doutoranda em Educação (Unicamp)

Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Francisco Beltrão

Docente do PPGE de mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Francisco Beltrão

amportelinha@yahoo.com.br

Resumo

Nos anos 2000, no Paraná, pesquisas apontaram para a fragmentação nos cursos de formação continuada, o que contribuiu para a criação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Nesse sentido, problematizamos os limites e as possibilidades do PDE na formação continuada dos professores pedagogos, dos Núcleos Regionais de Educação de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco. Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada no PPG em Educação da Unioeste, *Campus* de Francisco Beltrão, nível de mestrado. Em termos metodológicos, caracteriza-se por ser crítico-dialético e ter uma abordagem qualitativa, pautando-se em estudo bibliográfico, análise documental e dados levantados via questionário. Entre outros resultados alcançados, levantou-se que os entrevistados conferem importante contribuição do PDE ao processo formativo-educativo. Destacam, entretanto, implicações que fragilizaram a formação ofertada, como descontinuidade dos projetos e pesquisas, intensificação do trabalho pedagógico, falta de incentivo ou precariedade nas políticas públicas que sucederam o programa.

Palavras-chave: Formação Continuada. PDE. Professor Pedagogo.

Recebido em: 14 de maio de 2021.

Aprovado em: 26 de julho de 2021.

Como citar esse artigo (ABNT):

LAZAROTO, Elaine; PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. O PDE e a contribuição para a formação continuada do professor pedagogo dos Núcleos de Educação do Sudoeste do Paraná. *Revista Prática Docente*, v. 6, n. 2, e069, 2021. <http://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n2.e069.id1214>



Abstract

In the 2000s, in the state of Parana, research has pointed out a fragmentation in continuing training courses, contributing to the establishment of the Educational Development Program (EDP). We problematize the limits and possibilities of EDP in the continuing education of teacher educators, Regional Units of Education of Dois Vizinhos, Francisco Beltrao, and Pato Branco cities. This paper presents results achieved by a study conducted in the Graduation Program in Education of Unioeste, in Francisco Beltrao. It uses a critical-dialectical and qualitative approach and is based on a bibliographic review, document analysis, and data collected via questionnaires. One of the results achieved is that the interviewees attributes important contribution to their educational-training process through EDP. They also highlight, however, implications that have weakened the training courses offered, as the discontinuity of projects and research, escalation of the pedagogical work, lack of incentive, or precariousness in public policies succeeding the program.

Keywords: Continuing education. EDP. Teacher educator.

Resumen

En la década de 2000, en Paraná, las investigaciones apuntaban a la fragmentación de cursos de formación continua, lo que contribuyó a la creación del Programa de Desarrollo Educativo (PDE). Discutimos los límites y posibilidades del PDE en la formación continua de profesores pedagogos, de los Núcleos Educativos Regionales (NRE) de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão y Pato Branco. Este artículo presenta los resultados de una investigación realizada en el PPG en Educación de Unioeste, *Campus* Francisco Beltrão, nivel de maestría. En términos metodológicos, se caracteriza por ser crítico-dialéctico con enfoque cualitativo, basado en un estudio bibliográfico, análisis de documentos y datos recolectados a través de un cuestionario. Entre otros resultados alcanzados los entrevistados confieren importante contribución del PDE al proceso formativo-educativo. Destacan implicaciones que debilitaron la formación, como discontinuidad de proyectos e investigaciones, intensificación del trabajo pedagógico, falta de incentivo o precariedad en las políticas públicas que sucedieron al programa.

Palabras clave: Formación Continua. PDE. Profesor pedagogo.



1 INTRODUÇÃO

As discussões e os embates sobre as políticas direcionadas à formação docente foram propulsores para a implementação de novas formas de organizar a formação, tanto inicial como continuada. Especificamente no Paraná, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) propôs a criação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O PDE foi estruturado para que o professor, com vínculo efetivo, garantido por concurso público, pudesse progredir na carreira do magistério público estadual, concedendo-lhe um afastamento e uma redução na jornada de trabalho para aprofundar os estudos na área da educação e nas áreas específicas do conhecimento.

Este programa acabou por se caracterizar como inovador, seja pelas suas concepções, seja pelas suas finalidades. Em relação às concepções, destacam-se a compreensão da unidade entre teoria e prática, a formação humana, o fundamento na pedagogia histórico-crítica e o professor considerado como intelectual. Na questão das finalidades, sobressaem os projetos e as ações desenvolvidos entre universidade e escola com base nos problemas da realidade escolar.

Os objetivos do PDE pautaram-se no “reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento [...], organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas” (PARANÁ, 2007, p.12). Das dezessete áreas do conhecimento ofertadas para ingresso no PDE, destaca-se a da Pedagogia, que visava atender a formação continuada dos professores pedagogos.

Vale considerar que, no Paraná, com a Lei Complementar n.º 103/2004, que trata do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica, a nomenclatura dos especialistas em Pedagogia mudou para Professor Pedagogo. Essa mudança extinguiu os cargos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino. Na pesquisa realizada, nós problematizamos os limites e as possibilidades do PDE na formação continuada destes profissionais (professores pedagogos), dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) das cidades de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco. O estudo esteve apoiado em uma abordagem qualitativa, por meio de estudo bibliográfico, documental e questionário. Este último instrumento foi encaminhado aos 24 professores pedagogos participantes da turma do PDE de 2016 e que estavam vinculados aos NREs mencionados. A análise dos materiais baseou-se nas categorias do método dialético, o qual considera que a realidade está em constante movimento, pois na



sociedade é preciso analisar as contradições que se relacionam e produzem um novo significado.

Este artigo contextualiza o PDE, programa implementado nos anos 2000. Em seguida, aborda a formação continuada do professor pedagogo nele. Por fim, explicita a contribuição do PDE na formação e no trabalho do professor pedagogo.

2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO PARANÁ: O PROTAGONISMO DO PDE

As discussões relativas à formação de professores no Brasil assumiram grande destaque na década de 1990, uma vez que o professor foi considerado um ator importante para implementar transformações no âmbito educacional. Aliado à política nacional, o estado do Paraná, no que tange a formação de professores, centralizou o processo formativo nos princípios das competências e das habilidades.

Nesse período, segundo Haddad (2016), o governo Álvaro Dias implementou uma política com base na racionalidade técnica e administrativa. Nos anos de 1991 a 1994, assumiu o governo do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva, o qual iniciou a implementação de políticas por meio de parcerias com as organizações multilaterais. Na sequência, Jaime Lerner permaneceu por dois mandatos no governo, implementando na sua gestão políticas de estado mínimo, voltadas aos interesses do mercado.

Uma das ações do governo Lerner, para a formação continuada dos profissionais da educação, foi a criação da Universidade do Professor (UP), em Faxinal do Céu, com a finalidade de organizar as propostas de formação continuada aos professores da SEED por meio das “[...] empresas privadas de consultoria especializada em recursos humanos e em processos de mudanças [...]” (PITON, 2004, p. 101). A característica mais evidente da formação docente na UP foi a realização dos “[...] os Seminários de Atualização e Motivação [...]” (PITON, 2004, p. 101). Esse processo gerou muitas críticas dos profissionais vinculados à rede de ensino, como também impulsionou o desenvolvimento de pesquisas que desvelaram os interesses privatistas e a fragilidade teórico-metodológica dos cursos ofertados.

Sendo assim, no segundo governo de Roberto Requião de Melo e Silva, nos anos 2000, por meio de pesquisas realizadas pelo “[...] Grupo de Trabalho (GT 08 – Formação de Professores) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) [...]” (PARANÁ, 2007, p. 12), e as críticas que constataram a fragmentação dos cursos de



formação continuada, a SEED/PR propôs a implementação do PDE em parceria com a SETI, com a intencionalidade de articular a teoria com a prática.

A criação de um Programa no formato do PDE contrariou os programas de formação em larga escala, de forma isolada, como apontado na primeira versão do Documento Síntese do Programa,

[...] a grande crítica aos programas de Formação Continuada de professores no Brasil é justamente a de considerar que o conjunto dos professores se encontra sempre nos mesmos patamares de formação e de experiência profissional, sendo atendidos por meio de políticas e ações isoladas e fragmentadas. Em alguns casos, a progressão funcional (o avanço na carreira) acontece pela simples somatória de cursos/atividades de baixíssima carga horária e, principalmente, com oferta de cursos com conteúdos definidos de forma centralizada, desconsideradas as reais necessidades da demanda de conhecimento teórico-prático dos professores das escolas. (PARANÁ, 2007, p. 13-14)

O Documento Síntese de 2007 expressou anseios, perspectivas e os pressupostos teóricos assumidos pela equipe da SEED que idealizou o Programa, com a anuência dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato). O Documento explicita que o Programa teve seu início no ano de 2007 “[...] para produzir progressões na carreira e melhoria na qualidade da educação oferecida a milhares de crianças, jovens e adultos das escolas públicas do Paraná” (PARANÁ, 2007, p. 07).

Para isso, os fundamentos políticos e pedagógicos do Programa explicitavam a necessidade de organizar estudos que considerassem os pressupostos teóricos que fundamentam as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Paraná e que foram elaboradas pela SEED, tomando como referência,

[...] a) base disciplinar, com ênfase na relação entre os conteúdos científicos de referência e os saberes escolares das disciplinas que compõem a matriz curricular; b) a não adoção da concepção teórico-metodológica dos PCNs (que se fundamentam nos quatro pilares da UNESCO: aprender a aprender; aprender a ser; aprender a viver com; e aprender a fazer); e da pedagogia das competências. (PARANÁ, 2007, p. 15-16)

Tal direcionamento pode ser justificado pela opção teórico-metodológica, que organizava o trabalho educativo assumida no estado do Paraná, na primeira gestão do Governador Roberto Requião de Mello e Silva por meio do Currículo Básico e mais evidente na sua segunda gestão, com os documentos orientadores do currículo, elaborados pela Rede Estadual de Ensino. Assim, a formação continuada expressou a articulação com a concepção teórica assumida pela SEED, que tinha como base a pedagogia histórico-crítica.

Após a realização do primeiro processo seletivo, a Resolução n.º 1.905/2007 normatizou a operacionalização da primeira turma, que teve início em abril de 2007, com uma carga horária



de 952 horas distribuídas em quatro períodos. Foi oportunizado ao professor participante o afastamento de 100% das suas atividades no primeiro ano e 25% no segundo ano para participar do Programa.

O PDE foi sendo construído e reconstruído durante a sua trajetória. Em junho de 2007, a SEED divulgou a Instrução n.º 04/2007 que tratou da participação dos professores com título de mestre ou doutor no programa. A partir desta Instrução o professor com titulação apresentada e aceita passou a ser chamado de Professor PDE Titulado, o qual teve a possibilidade de optar por cursar os dois anos do programa ou ter uma organização curricular própria para a sua formação, com uma carga horária reduzida.

Com uma turma participando da formação continuada, a Equipe Gestora do PDE no mesmo ano organizou um novo processo seletivo, por meio do Edital n.º 237/2007-DG/SEED. O edital para composição da turma de 2008 seguiu basicamente as mesmas regras de seleção da turma de 2007, contudo ocorreu uma alteração no quadro de vagas.

Cada turma do PDE foi normatizada por uma nova resolução e o Documento Síntese passava por ajustes com objetivo contemplar as orientações pedagógicas. Nesse sentido, a turma de 2008 foi regida pela Resolução n.º 4341/2007, que manteve praticamente o mesmo texto do documento anterior, porém definiu e identificou com maior clareza no seu Artigo 9º, parágrafo 1º, as atribuições de cada participante do programa, conforme apresentado a seguir.

§ 1º Das definições:

- I. Professor PDE – é o professor do Quadro Próprio do Magistério (QPM) que ingressou no Programa por meio do Teste Seletivo;
- II. Professor Titulado – é o professor PDE que possui a titulação de mestre ou doutor, reconhecida pela CAPES, e que optou por realizar o PDE em um ano;
- III. Coordenador do PDE nas IES – é o responsável pela execução do PDE na Instituição;
- IV. Professor Orientador IES – é o responsável pela orientação do Professor PDE na Instituição;
- V. Representante do PDE no NRE – é o responsável, administrativa e gerencialmente, pelo PDE no NRE. (PARANÁ, 2007, p. 4).

Definida as funções de cada ator do PDE, o “Documento Síntese” da turma de 2008 (PARANÁ, 2008), abordou de forma mais sintética as orientações pedagógicas, as quais perpassaram pelos objetivos e descreveram as atividades que deveriam ser desenvolvidas pelos professores com base no plano integrado de formação. Nesse documento, o plano integrado foi estruturado e identificado a partir de três eixos, compostos pelas atividades de pesquisa,



atividades de aprofundamento teórico e as atividades didático-pedagógicas com a utilização do suporte tecnológico se complementavam e se articulavam.

Com a intenção de compor uma nova turma, a SEED publicou, em março de 2009, o Edital n.º 35/2009 – DG/SEED com uma nova proposta de seleção, entre elas a quantidade de duas mil vagas, distribuídas entre as dezessete áreas. A seleção dos participantes foi através da análise da ficha funcional do professor, a qual contém os cursos realizados, como também a entrega de um pré-projeto avaliado por uma banca definida pela Coordenação Estadual do PDE.

Entretanto, com essa nova organização na seleção mediante a análise dos pré-projetos, muitos professores perceberam que foram prejudicados na forma como foi conduzido o seletivo para o PDE de 2009. Diante disso, a APP-Sindicato (2009) solicitou à SEED que os recursos referentes ao processo seletivo deste ano fossem analisados, fato que gerou uma ampliação de 400 vagas para a turma do PDE.

Com mudanças ocorrendo a cada processo seletivo, em 2010 o PDE passou a ser uma política pública de estado regulamentado pela Lei Complementar n.º 130/2010. A legislação consolidou algumas ações que já estavam vigentes no PDE como os dois anos de duração, 100% de afastamento das atividades laborais, no primeiro ano de ingresso, para que o professor pudesse participar integralmente das atividades formativas ofertadas pelas IES e NREs, elaborasse o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola e o Material Didático com base no problema identificado na sua prática pedagógica o qual mereceria intervenções. No segundo ano do programa, o afastamento seria de 25%, período destinado à Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola por meio da utilização do material didático e a socialização das produções, de forma colaborativa, com os demais professores da Rede Estadual por meio do GTR. Para finalizar o processo formativo, ainda no segundo ano, o professor participante deveria produzir o Artigo Final, documento que representava o fechamento das atividades desenvolvidas no programa pelo professor PDE.

Diante de todo o contexto, ao estudar os dados do PDE, Silva (2009) descreve que, nas edições de 2007 a 2009, o programa manteve sua autonomia financeira e pedagógica, sem intervenções de organizações financeiras internacionais como o Banco Mundial. O modelo de gestão, na época, se colocava contrário às políticas neoliberais do sistema capitalista de formação de professores para a lógica do mercado. Os responsáveis pela gestão pedagógica, segundo o autor, foram os professores da Rede Estadual de Ensino e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Já a gestão financeira se deu com base nas “[...] receitas públicas – que



no Paraná corresponde a 30% da arrecadação com impostos, compreendida as transferências constitucionais” (SILVA, 2009, p. 4279).

Porém, com o fortalecimento da política neoliberal no governo do Paraná, com a eleição do governador Carlos Alberto Richa em 2010, a educação passou a fazer parte de um Projeto Multissetorial conforme documentos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e os programas que compõem o Projeto, “de iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e coordenação Geral (SEPL/CDG) é objeto de acordo bilateral com o Banco Mundial” (IPARDES, 2012, p. 3).

Nesse contexto, de início de gestão de governo e estudos, a SEED não propôs a constituição de uma turma para o programa no ano de 2011. O primeiro edital, após o PDE, a ser regulamentado como política pública pela Lei Complementar n.º 130/2010 foi publicado em novembro de 2011. O Edital n.º 66/2011 – DG/SEED foi executado pela SEED e indicava que os professores selecionados iniciariam suas atividades a partir de fevereiro de 2012.

Algumas novidades foram explicitadas no processo de 2011, como a seleção pela participação de cursos, tempo de exercício nas escolas da educação básica na Rede Estadual de Ensino, nível de enquadramento na carreira de professor de acordo com o plano de Carreira da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Outra questão foi o ajuste no número de vagas para ingresso que ocorreu devido ao contido na Lei Complementar n.º 130/2010, a qual explicita no seu Artigo 7º, parágrafo único, que será garantido o ingresso de “[...] 3% (três por cento) do número de cargos efetivos do Quadro Próprio do Magistério – QPM anuais para ingresso no Programa [...]” (PARANÁ, 2010, p. 2).

Além da mudança no quadro de vagas para ingresso no PDE, a Resolução n.º 4128/2011 – DG/SEED, que normatizou a execução das atividades da turma de 2012, trouxe a questão de que o professor participante do programa seria afastado no primeiro ano 100% e no segundo ano 25% somente do seu cargo efetivo e o afastamento não poderia ultrapassar o limite de 40h. A alteração foi justificada pelo fato de que a Lei Complementar n.º 130/2010 validava, no seu Artigo 8º, parágrafo 1º, que o afastamento “[...] reporta-se exclusivamente ao cargo QPM, limitado a 40 (quarenta) horas de sua carga horária efetiva, para atender às atividades previstas pelo Programa” (PARANÁ, 2010, p. 3).

Os processos seletivos que seguiram para a constituição das turmas de 2013 por meio do Edital n.º 132/2012 – GS/SEED e o Edital n.º 176/2013 – GS/SEED para a turma de 2014 mantiveram a mesma estrutura. Semelhantemente aos anteriores, ocorreu o processo seletivo



para a turma do PDE de 2015, com base no Edital n.º 92/2014 – GS/SEED de outubro do mesmo ano. Entretanto, a chamada dos aprovados somente foi oficializada pelo Edital n.º 50/2015 – GS/SEED em outubro de 2015. O atraso na convocação foi justificado pela Resolução n.º 517/2015, a qual indicava que os professores teriam a vaga garantida para compor a turma e que a previsão de início das atividades seria para agosto de 2015 desde que o governo tivesse disponibilidade orçamentária.

Outro detalhe apresentado para a turma do PDE de 2016, que evidencia as mudanças ocorridas no decorrer da sua história, é a descrição explicitada na Resolução n.º 5232/2014, que contemplou, no seu Artigo 8º, a indicação da análise dos dados das avaliações externas para elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, “[...] como como SAEP, Prova Brasil, SAEB, ENEM e suas relações com o processo de ensino aprendizagem no interior da sua escola, [...] e que sirvam para legitimar a necessidade do Projeto para a sua escola de lotação [...]” (PARANÁ, 2014, p. 2).

Como síntese do estudo realizado baseado nos documentos do PDE, foi possível constatar uma mudança significativa na sua estrutura após a vinculação da realização do programa a financiamentos de organismos multilaterais. Isso porque, o relatório referente ao segundo semestre de 2015 apresentado pelo IPARDES (2015) indicou algumas mudanças na organização do programa para a turma de 2016, como maior integração do professor PDE à instituição de ensino que será lócus para a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica, redução da carga horária presencial de Inserção Acadêmica e inclusão de 96h de Inserção Acadêmica a distância, encontros de orientação presenciais e a distância, introdução de temas contemporâneos no currículo formativo e reorganização do Seminário de Encerramento do PDE.

O PDE, conforme explicitado no Documento Síntese (PARANÁ, 2007), foi apresentado como uma política educacional ousada de formação continuada, e valorização dos professores. Deste modo, como o foco desse estudo aborda a área da Pedagogia, pretende-se na seção seguinte apresentar como se constituiu o cargo de professor pedagogo na Rede Estadual de Ensino do Paraná e o levantamento da quantidade de pedagogos vinculados aos NREs de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco, que concluíram o PDE nas três regionais de ensino.

3 O PROFESSOR PEDAGOGO E O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE)

Referente à constituição do cargo de Professor Pedagogo na rede estadual do Paraná, Haddad (2016) afirma que em um primeiro momento existia a função fragmentada dos



especialistas com a figura do supervisor escolar e orientador educacional. No segundo momento, que nasceu de uma reivindicação da categoria, buscou-se a inserção do pedagogo na carreira do professor para que este pudesse gozar dos mesmos direitos no tempo de aposentadoria, visto que a legislação da época amparava a aposentadoria dos especialistas em educação aos 30 anos de trabalho.

Com o intuito de preservar os direitos conferidos aos docentes, a alternativa foi suprimir as funções de supervisor e orientador, criando, no plano de carreira, a função do professor pedagogo. O debate junto a várias esferas políticas foi propulsor para a elaboração da Lei Complementar n.º 103/2004, que trata do Plano de Carreira dos Professores, publicada em Diário Oficial de 15 de março de 2004. Esta trouxe algumas mudanças para a função do pedagogo escolar, vale destacar umas das principais mudanças conforme descrito no Artigo 33º

Art. 33º. Os cargos de Professor e Especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de Professor, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do Professor, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei. (PARANÁ, 2004, p. 7)

Haddad (2016) descreve que com a promulgação da Lei, o pedagogo assume novas características, pois passou a ser responsável pela articulação do trabalho pedagógico. Nesta perspectiva, Saviani (2012) também apresenta nos seus estudos discussões sobre o pedagogo como articulador do trabalho pedagógico. Libâneo (2011), da mesma forma, possui um entendimento de que o pedagogo pode atuar na gestão escolar como diretor ou coordenador pedagógico, profissional indispensável no contexto escolar que atua com as seguintes funções.

[...] O coordenador pedagógico é um profissional imprescindível para assegurar nas escolas a integração e articulação do trabalho pedagógico-didático: a formulação e acompanhamento da execução do projeto-curricular, a organização curricular, a orientação metodológica, a assistência pedagógico-didática aos professores na sala de aula numa relação interativa e compartilhada com o professor e os alunos, colaboração nas prática de reflexão e investigação, diagnóstico e atendimento de necessidades ligadas ao ensino e aprendizagem dos alunos em conjunto com o professor, atividades de formação continuada, práticas de avaliação de aprendizagem [...]. (LIBÂNEO, 2011, p. 77-78)

É notório perceber que os autores, acima mencionados, compreendem que o pedagogo é organizador e articulador do trabalho pedagógico. A partir do exposto, Spiazzi e Portelinha (2018) também aprofundaram os estudos sobre a diferença entre o pedagogo articulador e orientador, durante a formação no PDE, para as autoras articular e orientar normalmente são termos utilizados para identificar a função do professor pedagogo e que geram muitas dúvidas no ambiente escolar. Nesse sentido citam que,



O termo orientar significa que quem o está fazendo tem uma “hierarquia” sobre o outro. Por exemplo, o domínio de alguma área do conhecimento ou conteúdo. É por essa razão que dizemos que o professor orienta seus alunos. Quando tratamos dos profissionais da educação, no caso a relação entre Professor e Pedagogo utilizamos articular. Significa que, tanto um como o outro, cada um com suas especificidades, podem, pelo diálogo, refletir sobre os encaminhamentos relativos ao conteúdo, metodologia e os desdobramentos na prática pedagógica. (SPIASSI; PORTELINHA, 2018, p.12)

A criação do cargo do professor pedagogo, na sua origem, teve como princípio a intencionalidade de desenvolver o trabalho pedagógico na perspectiva de um pedagogo unitário, responsável pela organização do trabalho pedagógico. Porém, na prática, o profissional passou a desenvolver uma extensiva lista de atividades no âmbito escolar.

Nesta perspectiva, Kuenzer (2002) já indicava que não é suficiente apenas substituir os especialistas da educação pelo pedagogo unitário, pois a escola está inserida em uma sociedade capitalista, a qual requer que a escola ofereça uma formação técnica e política na forma de disciplinamento, voltada às competências e habilidades do trabalhador.

Kuenzer (2002) aponta que um dos desafios para superar a fragmentação na função do pedagogo é buscar a unitariedade no campo da formação, assim como a formação continuada deve emergir do contexto escolar para que tenha sentido e que possibilite o enfrentamento dos desafios do cenário educacional.

Sobre a formação continuada dos professores no estado Paraná com base na nova concepção apresentada no Plano de Carreira por meio da Lei Complementar n.º 103/2004, foi estruturado o PDE para que o participante pudesse progredir na carreira, dispor de tempo livre para aprofundamento da sua aprendizagem. Também foi dispensada grande atenção para a formação contínua dos professores com finalidade na efetiva apropriação do conhecimento e a melhoria da qualidade da educação básica, como afirma o Documento Síntese (PARANÁ, 2007).

Conforme disponibilizado nas plataformas oficiais da SEED (PARANÁ, 2020), em 2020 a Rede Estadual de Ensino do Paraná contava com um total de 6.667 professores pedagogos ligados ao QPM. Esse total inclui professores concursados como Orientador Educacional ou Supervisor de Ensino, os quais foram enquadrados no cargo de professor pedagogo pela Lei Complementar n.º 103/2004. Nas três Regionais de Ensino consideradas na pesquisa, o ano de 2020 somava 485 professores pedagogos. Desse total, 74 pertenciam ao NRE de Dois Vizinhos, 195 ao NRE de Francisco Beltrão e 216 ao NRE de Pato Branco.



Ao trazer as informações com foco na formação continuada, o Quadro 1 apresenta o total de vagas disponibilizadas nas oito edições do PDE, com destaque para o número de professor pedagogo.

Quadro 1 - Vagas ofertadas por ano de Edição e Concluintes do PDE nas Áreas de Pedagogia, Educação Especial e Gestão Escolar

Ano	Vagas	Geral de Vagas para Pedagogia	Quantidade da Área de Pedagogia Concluintes	Quantidade da Área da Educação Especial Concluintes	Quantidade da Área da Gestão Escolar Concluintes	Demais Áreas do Currículo Concluintes
2007	1200	145	130	53	53	899
2008	1200	180	195	67	65	925
2009	2401	373	372	95	105	1830
2010	2400	385	380	92	95	1778
2012	2000	192	170	52	58	1489
2013	2000	185	175	73	73	1620
2014	2000	170	164	98	113	1581
2016	2000	218	202	154	108	1360
Total	15201	1848	1788	684	670	11482

Fonte: Paraná (2019).

Os dados disponíveis demonstram que, para as edições de 2007 e 2008, houve um número menor de vagas ofertadas em cada edital para o ingresso no PDE, fato que reduziu também as vagas por área, como em 2007 ano em que foram ofertadas 145 vagas para Pedagogia com 130 concluintes. Já em 2008 ocorreu uma pequena alteração no mapa de vagas, com 180 para ingresso e ao final 195 pedagogos foram certificados. Essa diferença no número de concluintes justifica-se pelo fato de que 15 professores pedagogos de 2007 concluíram os estudos com a turma do PDE de 2008. Nos anos seguintes, 2009 e 2010, a quantidade de vagas para ingresso duplicou, ocasionando um aumento significativo de acesso ao programa. Em 2009 o quadro apresenta 385 vagas para Pedagogia, com 372 concluintes na mesma edição, para 2010, 385 vagas e 380 pedagogos concluintes. Nas edições de 2012 a 2016, foram divulgadas 2000 vagas em cada etapa. Ao subtrair a quantidade de vagas, consequentemente o número de pedagogos que entraram no programa também foi menor, como consta no estudo realizado.

Ao tentar representar um recorte da totalidade do que expressa o PDE enquanto Programa de Formação Continuada, nesse momento é relevante situar a discussão no campo da pesquisa, contemplando dados do Sudoeste do Paraná, mais especificamente dos NREs de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco, dispostos no quadro a seguir.



Quadro 2 - Quantidade de Professores Pedagogos concluintes do PDE nos Núcleos Regionais de Educação de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco

Ano	Concluintes no Paraná	NRE de Dois Vizinhos	NRE de Francisco Beltrão	NRE de Pato Branco	Total de Concluintes nos três NREs
2007	130	00	01	03	04
2008	195	01	03	04	08
2009	372	04	08	11	23
2010	380	03	09	13	25
2012	170	01	04	02	07
2013	175	02	06	02	10
2014	164	04	06	07	17
2016	202	11	07	06	24
Total	1788	26	44	48	118

Fonte: Paraná (2019).

O quadro acima demonstra que, nas oito edições do PDE, no estado do Paraná, 1.788 professores pedagogos, do QPM, foram certificados, deste total 26 pertencem ao NRE de Dois Vizinhos, 44 ao NRE de Francisco Beltrão e 48 ao NRE Pato Branco, totalizando 118 professores pedagogos que concluíram o PDE nas três Regionais de Educação.

Desse modo, ao analisar, a partir do número de professores pedagogos em efetivo exercício na Rede Estadual de Ensino, concebe-se que o número de concluintes do PDE, nas edições de 2007 a 2016, não constitui a totalidade do universo de professores pedagogos. Especificamente nos NREs de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco, os professores pedagogos concluintes do PDE totalizam uma parcela pequena do grupo de professores pedagogos em atuação no ano de 2020.

Entretanto, desde a sua implementação o PDE certificou um total de 15.201 professores do QPM. Um número expressivo de professores tem participado do programa, configurando um momento significativo na carreira. Isso porque a formação continuada oportunizou o retorno às instituições de educação superior, contato com pesquisa e teoria que fundamentam a prática pedagógica e a elaboração de materiais que pretendem sanar possíveis problemas diagnosticados na prática educativa

Posto isso, a seção seguinte apresenta as contribuições do PDE na formação e no trabalho do professor pedagogo participante da turma do PDE de 2016, vinculados aos NREs da Região Sudoeste do Paraná.



4 A CONTRIBUIÇÃO DO PDE NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO DO PROFESSOR PEDAGOGO

A finalidade desta seção é explicitar as contribuições do PDE para a formação do professor pedagogo dos NREs que formam o universo da pesquisa. Com base na análise dos artigos finais elaborados pelos participantes do programa, em coautoria com os professores orientadores, procurou-se destacar as temáticas do projeto de intervenção e as principais referências teóricas que deram sustentação a ação.

Em busca de apresentar os limites e as possibilidades do PDE para o campo formativo-educativo, o instrumento de coleta de dados foi ampliado por meio de um questionário encaminhado aos 24 professores pedagogos participantes do PDE da turma de 2016. Destes, onze professores pedagogos são vinculados ao NRE de Dois Vizinhos, sete ao NRE de Francisco Beltrão e seis professores pedagogos ao NRE de Pato Branco, núcleos pertencentes à Região Sudoeste do Paraná.

A análise do artigo final e do questionário direcionado aos 24 professores pedagogos da turma de 2016 considerou como recorte analítico a turma de 2016 vinculada à Unioeste – *Campus* de Francisco Beltrão. A instituição responsabilizou-se pela construção curricular e oferta das disciplinas voltadas à formação dos professores pedagogos dos NREs de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, diferentemente do que acontecia nas edições anteriores do PDE, em que a elaboração curricular ficava sob a coordenação da Unioeste – *Campus* de Cascavel. Vale ressaltar que, além da construção currículo voltado à organização do trabalho pedagógico, os professores da Unioeste – *Campus* de Francisco Beltrão também foram docentes da referida turma. Por conseguinte, a participação da Unicentro – *Campus* de Guarapuava, foi motivada pelo fato de que a instituição foi responsável pela formação dos professores pedagogos vinculados ao NRE de Pato Branco, integrantes da turma PDE de 2016.

Em todas as edições do PDE, exigiu-se como trabalho conclusivo a produção de um Artigo Final com os resultados das atividades desenvolvidas conforme Plano Integrado da Formação Continuada. Ao realizar a leitura na íntegra dos 24 Artigos da turma PDE (2016), chamou à atenção o referencial bibliográfico pela possibilidade de desvelar categorias que identificassem a contribuição do PDE na formação continuada do professor pedagogo.

Nesta análise, destaca-se uma diversidade de autores utilizados para fundamentar os trabalhos, entre os mais citados estão José Carlos Libâneo, Demerval Saviani, Vitor Henrique Paro, Marta Sueli de Faria Sforzi, Gaudêncio Frigotto, Selma Garrido Pimenta, Acácia Kuenzer (PARANÁ, 2018). A relação apontou que a fundamentação dos trabalhos PDE baseou-se em



autores que estudam a educação a partir de uma perspectiva crítico-dialética, pois compreendem que o movimento da educação está articulado com o contexto histórico, social e político e que, por isso, a educação não pode ser desvinculada da sociedade e da materialidade que a produz, sem considerar os conflitos e as contradições.

Para Schmied-Kowarzik (1983, p. 13 e 14), a educação no sentido crítico e dialético tem como objetivo a libertação dos sujeitos por meio do conhecimento, quando, “[...] percebe-se dialeticamente envolvida na teoria crítica da sociedade, pois o objetivo desta “teoria crítica” é a análise reveladora de todas as imposições e mecanismos sociais que mantêm os indivíduos não emancipados e sem liberdade”. O autor conclui ainda que,

A ciência crítica da educação, ao contrário, parte precisamente do conhecimento da determinação histórico social da realidade educacional, para reivindicar criticamente dela a não cumprida a exigência emancipatória da educação. Aqui [...] a educação se torna apreensível enquanto tarefa historicamente transformadora da reprodução social no contexto de cada relação determinada da prática social, entendendo-se a reflexão explicativa como envolvida dialeticamente no interesse emancipatório do conhecimento voltado à possibilidade de emancipação e libertação [...]. (SCHMIED-KOWARZIK, 1983, p. 14 e 15)

Ainda baseado na análise dos artigos, identificou-se que sete professores pedagogos desenvolveram seus estudos sobre às temáticas da contemporaneidade. Entre esses temas estão: violência, mediação de conflitos na escola, gênero e diversidade, enfrentamento e combate ao abandono escolar (PARANÁ, 2018). Os dados evidenciam que questões como essas fazem-se presentes na rotina de trabalho do professor pedagogo, ou seja, na prática pedagógica.

Concluindo esta etapa de análise dos artigos, sentiu-se a necessidade de investigar junto aos 24 professores pedagogos qual foi a contribuição do PDE na sua formação. Para isso utilizou-se um formulário criado por meio da ferramenta do Google Forms, composto por nove perguntas voltadas à organização do trabalho pedagógico que considera o professor pedagogo enquanto categoria funcional do estado do Paraná, articulador do trabalho pedagógico.

A primeira questão procurou investigar como o professor pedagogo avalia a contribuição do PDE para a sua formação e, dos 24 professores pedagogos que responderam à questão, todos afirmam que o PDE contribui para a sua formação. O grupo considerou que o momento foi oportuno, pois aliado aos conhecimentos que já possuíam ou à prática existente foi relevante para que alcançassem o aproveitamento nas atividades propostas. Além do aprofundamento, também foi apontado que a aproximação com a Universidade, o trabalho desenvolvido pelos professores da Academia, a utilização de novas tecnologias que não faziam parte da rotina do professor pedagogo e a troca de experiências entre os pares durante as aulas



contribuíram para a apropriação de novos conhecimentos, assim como para a compreensão da importância do papel pedagogo nas instituições de ensino.

Neste sentido, o Programa foi considerado um momento significativo na carreira, pois proporcionou a retomada dos estudos tendo a Universidade como lócus de formação, o acesso ao conhecimento teórico e às novas tecnologias. Contudo, a questão seis buscou refletir sobre qual a compreensão de organização do trabalho pedagógico, após os professores pedagogos terem participado do PDE. Todos compreendem a importância desse profissional no contexto escolar. Entretanto, eles apresentam diferentes entendimentos de qual é a concepção do trabalho pedagógico.

A compreensão de que o professor pedagogo é responsável pela articulação do trabalho pedagógico foi destacada em duas repostas. A resposta 23 explicitou que “[...] o pedagogo deve atuar como articulador, propiciando a participação, promoção e intervenção na organização e efetivação do trabalho pedagógico, sempre voltado à obtenção de melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem” (Q6-R23). Assim como cabe ao professor pedagogo “[...] realizar a articulação entre o conhecimento/teórico através da formação continuada e sua efetivação no espaço escolar. O pedagogo precisa ser o instigador o provocador de mudanças para que o professor reflita sobre sua [...]” (Q6-R 24).

Nessa perspectiva, Franco (2012) defende que a atuação do pedagogo, quando fragmentada, é uma prática vazia, sem propósito. Para a autora, o pedagogo tem a função de “[...] organizar espaços e possibilidades de conexão, de articulação e de sentido entre a prática docente e a prática pedagógica”. (FRANCO, 2012, p. 163).

Nesta relação, quando os professores pedagogos dos NREs de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco foram questionados sobre a transformação dos sujeitos por meio da formação ofertada por eles durante a participação no PDE ou a continuidades das atividades desenvolvidas durante o Programa, a maioria das repostas foram afirmativas, apesar das contradições postas no contexto escolar.

Nas respostas, o tempo destinado ao estudo e a implementação do Projeto, oportunizado aos participantes do programa foi considerado um ponto importante para a realização das atividades, pois durante a participação no Programa o professor possuía uma carga horária específica para implementação, quando concluiu a formação a carga horária foi reduzida e “[...] atualmente temos que conciliar com a carga horária normal do trabalho” (Q.7-R.7).



Em outra situação, apesar da continuidade da atividade, o professor pedagogo descreve a angústia de não conseguir aprofundar as discussões no ambiente escolar sobre o tema pesquisado, os argumentos desta não continuidade estão aliados à intensificação do trabalho docente. Embora compreenda que a pesquisa mereceria mais destaque, o pedagogo argumenta que “[...] sempre tem algo novo que merece prioridade e deve ser feito com urgência e nossos projetos esperam para depois” (Q.7-R.18).

Diversos são os motivos expostos pelos professores pedagogos, esses argumentos transitam entre a continuidade efetiva quando a proposta foi incorporada pela instituição de ensino e incluída no Projeto Político Pedagógico, também quando o tema foi inserido na prática pedagógica e passou a fazer parte da rotina do trabalho desenvolvido junto aos estudantes ou professores, apesar da necessidade de adaptações para que a continuidade da implementação fosse possível no ambiente escolar.

É importante ressaltar que apesar de todas as contradições postas no espaço escolar, conforme apresentado nas respostas obtidas, como sobrecarga de trabalho, escassez de tempo para estudo e a necessidade de priorizar questões emergenciais para atender às políticas vigentes na educação do Paraná, grande parte dos participantes relatam que prosseguiram com as propostas implementadas no PDE.

Por outro lado, os professores pedagogos também descrevem que a não continuidade das atividades de implementação e os argumentos citados estão diretamente relacionados às políticas públicas com o incentivo da própria SEED para que o professor continuasse com os estudos. Vale destacar que a Lei Complementar n.º 130/2010 indicava que os docentes deveriam participar de algumas atividades para avançar na carreira, como palestras, oficinas ou assessoramento. Porém, essas questões não foram implementadas na prática.

Por fim, quando indagados sobre a forma como os conhecimentos adquiridos na formação foram utilizados na prática pedagógica na questão oito, pôde-se compreender que o PDE contribuiu para a formação do professor pedagogo, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3 - Como os conhecimentos adquiridos na formação são utilizados na sua prática pedagógica?

Como os conhecimentos adquiridos na formação são utilizados na sua prática pedagógica?
Na mediação entre os professores [...].
[...] aplicados no meu cotidiano [...]
[...] processo de ensino e aprendizagem e orientação desses alunos.
[...] meus posicionamentos [...].
[...] observar melhor os fatos que ocorrem na educação.



[...] maior empatia, [...] novos olhares e novas práticas [...].
[...] na formação dos professores.
[...] na análise, nos debates, no diálogo com os educadores e a comunidade escolar, no trabalho como docente [...].
[...] refletir antes de agir, [...] me atualizar para melhor atender minha comunidade escolar. A rotina nos torna burocráticos e pragmáticos.
[...] valorização dos conteúdos [...], na valorização dos sujeitos escolares [...].
[...] para avaliar as políticas públicas de educação e a própria organização da escola [...].
[...] lidar com as tecnologias [...].
[...] Organização do trabalho pedagógico, gestão Pedagógica, análise de dados internos e externos, trabalho colaborativo, gestão de pessoas [...].
[...] provar a teoria na prática [...].
[...] fundamentação pedagógica [...].
[...] deixei de ser “tarefeira”, passei a organizar e a planejar as ações coletivamente, articulando o processo ensino – aprendizagem.
[...] ações pedagógicas, [...] mais foco no que é de minha atribuição.
Na resoluções de problemas [...].
[...] fundamentação teórica [...].
[...] maior segurança na atuação e organização do trabalho pedagógico [...].

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As respostas, no entanto, salientam que o conhecimento se restringiu aos sujeitos que participaram da formação e que, em momentos pontuais, quando surgiu a necessidade, esse conhecimento foi compartilhado com os pares.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, estudar a formação continuada de professores, mais especificamente a formação continuada dos professores pedagogos no PDE, categoria funcional do estado do Paraná, criada pela Lei Complementar n.º 103/2004, foi uma grande provocação. Isso porque, além de discutir a prática pedagógica para esse profissional imprescindível nas escolas, buscou-se investigar os limites e as possibilidades do PDE na formação continuada do professor pedagogo dos NREs de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco.

Ao estudar as políticas de formação continuada do Paraná na década de 1990, constatou-se o alinhamento com as políticas do governo federal, especialmente quanto à formação de habilidades e competências. Nesse período, instituiu-se a UP em Faxinal do Céu, que recebia financiamento privado, com cursos ministrados por empresas de consultoria e nesse momento as IES tiveram uma participação muito tímida no processo formativo de professores.

Contrário às ações governamentais do seu antecessor, Roberto Requião assumiu o governo com a proposta de reformular políticas para a área da educação. Esse movimento de



reestruturação foi motivado por uma visão mais crítica de sociedade e de mundo, assim como pela entrada de um grupo de profissionais vinculados às universidades públicas na SEED. Uma das principais conquistas desse período, foi a criação do PDE.

Nesse contexto, o estudo bibliográfico e a análise documental apontaram que, no decorrer das oito edições, o PDE passou por um processo de desmonte na sua organização após a vinculação da oferta do Programa às políticas de financiamentos externos.

Na sequência, com a finalidade de estudar a formação do pedagogo no PDE, foi preciso compreender como se constituiu o cargo de professor pedagogo na Rede Estadual de Ensino do Paraná a partir da Lei Complementar 103/2004, o qual é considerado o articulador do trabalho pedagógico, tem como atividade fim o processo de ensino e aprendizagem. Contudo, para que a aprendizagem se efetive, compete ao pedagogo a articulação entre docentes, estudantes e famílias, com a finalidade de dialogar e refletir sobre encaminhamentos metodológicos, formação continuada, ações de integração família e escola, entre outras que contribuam para o processo de ensino e aprendizagem.

Com a delimitação dos 24 professores pedagogos participantes da turma do PDE, considerou-se a leitura dos artigos finais com a intencionalidade de destacar as concepções teórico-metodológicas expressadas nas produções, alguns artigos transitaram pelas teorias críticas da educação e outros não revelaram, de maneira clara no decorrer do texto, qual a concepção teórico-metodológica que sustentou a pesquisa.

Quanto aos temas que tiveram maior destaque, o estudo evidenciou que as temáticas da contemporaneidade foram as mais pesquisadas. Entre elas estão a temática da Violência, Mediação de Conflitos na Escola, Gênero e Diversidade, Enfrentamento e combate ao abandono escolar. Seguidas de temas como Gestão Democrática/Instâncias Colegiadas, Formação de Professores, Ensino e aprendizagem, Avaliação, Planejamento Escolar, Educação Inclusiva e, por fim, o Trabalho Pedagógico.

Ao escolher as temáticas da contemporaneidade para aprofundar os estudos no PDE os professores demonstraram como a intensificação do trabalho do professor pedagogo é muito presente na prática pedagógica, pois a seleção destas temáticas tem relação com o trabalho desenvolvido pelo professor pedagogo, visto que, ao ingressar no PDE, era preciso indicar um problema que fosse necessário realizar a intervenção na prática escolar.

Além das evidências reveladas pelos artigos, percebeu-se que estas análises não eram suficientes para responder em que medida o PDE contribuiu para a formação continuada do



professor pedagogo. Portanto, por meio do questionário foi possível perguntar aos participantes sobre a contribuição do PDE.

O grupo relatou que o momento foi muito importante porque aprofundou o conhecimento que já possuíam, tiveram a oportunidade de retomar as formações nas universidades junto aos professores mestres e doutores, acesso a novos conhecimentos, novas tecnologias e fundamentar com base na teoria a importância do pedagogo escolar.

Entretanto, além dos pontos positivos da formação, o que mais se destacou nas respostas foi a relação da formação com a prática pedagógica. Vale aqui destacar que ao ingressar no PDE, considerando a sobrecarga de atribuições, elencou um tema a partir da sua prática pedagógica para ser estudado e investigado durante a formação continuada. No processo formativo, que envolve o espaço entre universidade e escola, ele tem a possibilidade de se apropriar com rigor científico de uma formação sólida, conteúdo formativo voltado à área e possuir a universidade como locus de formação. No entanto, ao retornar para sua rotina intensificada o profissional acaba consumido pelas urgências do cotidiano, sendo chamado a dar respostas pontuais relativas à rotina do trabalho escolar.

Desse modo, evidenciou-se, com base nas análises dos dados, que, no retorno às instituições de ensino, alguns pontos impediram a continuidade dos estudos e dos projetos. Primeiramente, pelas condições de trabalho que, cada vez mais, retira do professor tempo e espaço para a continuidade do processo formativo, e, também pelas frustrações com as formações que sucederam o PDE; intensificação do trabalho pedagógico; prioridade para questões emergenciais; mudança de escola; desmonte do ensino médio; falta de apoio da SEED; redução da hora atividade.

Por fim, em um contexto mais geral é inegável a contribuição do PDE na formação do professor pedagogo. Porém, analisar a intensidade dessa formação voltada ao professor pedagogo, articulador do trabalho pedagógico, demonstrou fragilidades. Nesse momento ficou explícito que um programa formativo, por mais ousado ou grandioso que seja, precisa ter continuidade dos estudos, sem ruptura no processo de formação e, caso essa continuidade não ocorra, a formação acaba por ser mais uma entre tantas com limites temporais fixos.

Nesse sentido, considerando que a intensificação do trabalho do professor pedagogo está cada vez mais acentuada no estado do Paraná, as mudanças nas políticas de estado para formação continuada que regressou ao esvaziamento de conteúdo, o interesse individual do



sujeito para continuar as pesquisas propostas para o PDE, a descontinuidade do programa precarizou a formação ofertada.

Enfim, após finalizar o estudo sobre um programa que marcou a história de 15.201 professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná, entre eles 24 professores pedagogos da Região Sudoeste do Paraná que carinhosamente acolheram a proposta de pesquisa, significa analisar as contradições de um programa extraordinário, porém fragilizado pelo contexto social e político que constantemente tem implementado propostas na área educacional com o objetivo suprimir a possibilidade de uma formação integral dos sujeitos.

Nesse contexto, a temática formação continuada de professores, especialmente a formação do professor pedagogo, categoria funcional do estado do Paraná, requer muitos outros estudos, principalmente no que tange à possibilidade de propor novos encaminhamentos para o renascimento do Programa de Desenvolvimento Educacional no estado do Paraná.

Esse movimento constante somente poderá ser adquirido quando o profissional da educação compreender que o estudo não é solitário, isolado ou pontual, mas que faz e emerge da prática coletiva. É o coletivo da escola composto pelos profissionais da educação, estudantes, famílias, que estimulam novas pesquisas, novos estudos, novas problemáticas ou o aprofundamento contínuo de uma temática já pesquisada.

REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **PDE terá mais 400 vagas**. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2RHHsti>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

HADDAD, Cristhyane Ramos. **Políticas para o trabalho dos pedagogos na rede estadual de ensino do Paraná (2004-2015):** intensificação, burocracia e possibilidades de superação – Curitiba: CRV, 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Modelo Lógico Programa Formação em Ação**: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: Iparde, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2RAaY4j>. Acesso em: 21 jul. 2020.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Relatório de Monitoramento 2º semestre de 2015: Acordo de Empréstimo n.º 8.201-BR. – Curitiba: Ipardes, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3bTtQBY>. Acesso em: 21 jul. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida Kuenzer. Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papirus, 2002. p. 47-78.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In: PIMENTA. Selma Garrido Pimenta (org.). **Pedagogia e pedagogos:** caminhos e perspectivas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 63-100.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 103/2004.** Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em: <https://bit.ly/3fhto2x>. Acesso em: 6 set. 2019.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 130/2010.** Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Disponível em: <https://bit.ly/3i3swkb>. Acesso em 6 set. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta Escola,** Curitiba, SEED, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/EnwPzQ2>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 132/2012 – DG/SEED.** Disponível em: <https://cutt.ly/UnwPiz2>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 176/2013 – DG/SEED.** Disponível em: <https://cutt.ly/gnwPpmY>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 237/2007.** Edital para a realização do Processo de Seleção de Provas e Títulos de Professores da Rede Pública Estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 35/2009 – DG/SEED.** Processo Seletivo Interno de Professores da Rede Pública Estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Curitiba, SEED, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 50/2015 – GS/SEED.** Curitiba, SEED, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 66/2011 – DG/SEED.** Disponível em: <https://cutt.ly/1nwPrsI>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital n.º 92/2014 – GS/SEED.** Curitiba, SEED, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Instrução n.º 004/2007 – SUED/SEED.** Orientações sobre a participação dos professores com titulação de mestres e doutores no PDE. Disponível em: <https://bit.ly/3fh7M6v>. Acesso em: 21 jul. 2020.



PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional PDE. **Documento- síntese**, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3oMn4Dh>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE): Dados Estatísticos**. Curitiba, SEED, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/MnwPlc0>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução n.º 1905/2007. Normatiza a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE na Rede Pública Estadual de Ensino. In: PARANÁ. **Coletânea de Legislação Educacional: Secretaria de Estado da Educação**, vol. XV. Curitiba, SEED, 2007. p. 581-587. Disponível em: <https://bit.ly/34eNuo0>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Resolução n.º 4128/2011 – DG/SEED. Normatiza a execução do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE na Rede Pública Estadual de Ensino no âmbito da SEED. In: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação (Coletânea de Legislação Educacional)**. Vol. XIX. Curitiba, SEED, 2011. p. 560-565. Disponível em: <https://cutt.ly/SnwPt05>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução n.º 4341/2007**. Normatiza a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE na Rede Pública

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução n.º 517/2015 – SEED**. Prorroga o início das atividades de formação continuada ofertadas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE no âmbito do estado do Paraná. Disponível em: <https://cutt.ly/6nwPgu0>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução n.º 5232/2014 – SEED**. Normatiza a execução do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – 2015 na Rede Pública Estadual de Ensino no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <https://cutt.ly/unwPd6K>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. **Cadernos PDE**, Curitiba: SEED/PR., 2018. V. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/qnwPjsf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Uma nova Política de Formação Continuada e valorização dos Professores da Educação Básica da Rede Pública Estadual. **Documento- Síntese**, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/34ddbFl>. Acesso em: 6 set. 2019.

PITON, Ivania Marini. **Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos na educação paranaense**. 2004. 683 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Campinas, SP, 2004. Disponível em: <https://cutt.ly/OnwPQjt>. Acesso em: 6 set. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **O papel do Pedagogo como articular do trabalho pedagógico na sociedade do capital**. Cornélio Procópio: UENP, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/DnwPRZS>. Acesso em: 21 jul. 2020.



SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia dialética**: de Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Otto Henrique Martins da. **Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná**: PDE/PR: uma política contrária à ortodoxia capitalista. PUCPR, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/qnwPUJL>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SPIASSI, Ivonete Schreiner. PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. O Pedagogo como articulador do Trabalho Pedagógico a sua atuação na Educação Inclusiva. In: PARANÁ. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Curitiba: SEED/PR., 2018. V. 1. (Cadernos PDE). Disponível em: <https://cutt.ly/pnwPA6o>. Acesso em: 15 fev. 2021.